



Dornelles defende nova cobrança fiscal

Governador diz que mudança moderniza trabalho e ajuda a arrecadar mais

LUIZ GUSTAVO SCHMITT
gustavo.schmitt@oglobo.com.br

Uma semana após baixar um decreto que concentra a cobrança fiscal nos últimos dois anos (2014 e 2015), em vez dos cinco anteriores, como era antes, o governador interino Francisco Dornelles explicou ontem que, com seu ato, pretende aumentar a arrecadação. Segundo ele, o decreto moderniza a cobrança, dando mais agilidade e eficácia ao trabalho dos fiscais, já que as auditorias relativas a 2014 e 2015 contam com um sistema informatizado mais adequado, que aprimora o desempenho dos auditores.

SEM DESPERDIÇAR RECURSOS

O governador interino ressaltou que, se for encontrada alguma irregularidade em 2014 e 2015, os fiscais vão automaticamente examinar os três anos anteriores. Com isso, será possível evitar desperdício de recursos e esforços da equipe.

— É importante dizer que, se um auditor verificar que existe possibilidade de sonegação, pode solicitar a fiscalização de anos anteriores. Em todo lugar do mundo, há uma fiscalização dirigida. Não se pode deixar os fiscais como antigamente, quando eles saíam com uma malinha e fiscalizavam onde queriam.

Dornelles afirmou ainda que o objetivo do decreto é adequar as auditorias à situação extraordinária de crise financeira do estado,

racionalizando processos para reduzir custos e elevar a arrecadação. Segundo ele, créditos mais recentes são mais fáceis de serem recuperados.

— Existe prioridade para fiscalizar 2014 e 2015. É melhor concentrar porque são os maiores débitos, e as coisas estão mais quentes. Há métodos mais modernos para fiscalizar em 2014 e 2015 do que havia em 2011 e 2012 — explicou.

O governo vai articular a regulamentação do decreto com o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual. A entidade pediu uma reunião, em caráter de urgência, com o secretário estadual da Fazenda, Julio Bueno, para discutir o ato. Dornelles disse que vai esclarecer os pontos que foram criticados pelos auditores.

— A regulamentação e a elaboração vão ser feitas por auditores fiscais por meio do sindicato inclusive — afirmou o governador.

O sindicato questionou a edição da norma sem que o Conselho Superior de Fiscalização Tributária e a área técnica da Receita tivessem sido consultados.

Na Alerj, existem dois projetos de decreto legislativo que determinam a revisão do ato do governador. As iniciativas são dos deputados Eliomar Coelho (PSOL) e Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB). ●

Dornelles.

Decreto vai ser regulamentado com a ajuda de auditores



DOMINGOS PEXOTO/19-5-2016